

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- **ATA NÚMERO DEZANOVE** -----
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove reuniu no Centro Cultural de Cabo Verde, sito na Rua de São Bento, número seiscentos e quarenta, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sara Barros Queiroz Amâncio, coadjuvada por Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Primeiro Secretário, e José Manuel dos Santos, Segundo Secretário.-

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues, Sónia Cristina Franco Fernandes Veloza e Cristina Ferreira Oliveira Balchada. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Conceição Fonseca de Jesus e Alexandra Manuela Lobo Pimentel Fernandes. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Pedro Miguel Henriques de Barros Ferreira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Mariana Correia Gomes; -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Pedro Nuno Rosa Neves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Sónia Veloza. -----

----- Maria da Conceição Situ Antunes Branco Martins, que justificou a sua ausência e foi substituída por Cristina Balchada. -----

----- Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias. -----

----- Às vinte horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Agradeceu ao Centro Cultural de Cabo Verde o acolhimento que estavam a fazer nesse maravilhoso espaço e esperava que fosse frequentado outras vezes pelos Membros da Assembleia de Freguesia nas diferentes atividades culturais desenvolvidas. -----

----- Constatou não haver inscrições do público. -----

----- **Análise e votação da proposta de Ata nº 18, relativa à reunião realizada em vinte e seis de setembro de 2019;** -----

----- A **Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 18**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A **Presidente da Assembleia** informou que havia três moções e outra que se pretendia apresentar. Duas foram distribuídas por e-mail, outra estava na Mesa e uma quarta, se aceitassem, também estaria na Mesa para poderem recolher. -----

----- **Recomendação** -----

----- *Estacionamento para pessoas com deficiência* -----

----- Considerando que:-----

----- i. Para as pessoas que se encontram condicionadas na sua mobilidade, o transporte individual, através de veículo automóvel, é na maioria das vezes, dada a limitada acessibilidade nos transportes públicos, a única forma de se deslocarem autonomamente;-----

----- ii. A deslocação autónoma das pessoas com deficiência é uma forma decisiva de se integrarem social e profissionalmente, garantindo um pouco mais da sua independência sócio-económica e integração numa sociedade que se quer livre, equitativa e justa para todas e todos. -----

----- iii. Para as/os cidadãs/cidadãos com deficiência condicionante da mobilidade, estacionar perto de casa constitui uma questão essencial para o uso de transporte particular e/ou veículo próprio; -----

----- iv. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê expressamente, nos seu artigo 5.º, n.º 4, que não devem ser consideradas discriminatórias as medidas específicas que acelerem ou sirvam para alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência; -----

----- v. Tanto a Constituição da República Portuguesa (artigos 9.º, al. d), 13.º e 71.º), como a Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (art. 3.º, al. d), da Lei 38/2004, de 18 de Agosto) atribuem ao Estado a obrigação de integração e promoção de uma sociedade para todas e todos através da eliminação de barreiras e ainda promovendo-se a adoção de medidas que visem a plena participação de todas e todos em sociedade;-----

----- vi. Em 2003, foi instituído em Portugal o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, condicionadas na sua mobilidade, segundo um modelo comunitário uniforme, conforme recomendado pelo Conselho da União Europeia (Decreto-lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 128/2017, de 9 de outubro). Este cartão é reconhecido no espaço comunitário e permite aos seus titulares beneficiarem de condições de estacionamento e acessibilidade, nos locais especialmente reservados para o efeito. O seu principal objetivo é o da livre circulação dos cidadãos com estas limitações no Estados membros da União Europeia. -----

----- a) Podem usufruir deste cartão “as pessoas com deficiência motora, física ou orgânica que, por motivo de alterações na estrutura e funções do corpo, congénitas ou adquiridas, tenham uma limitação funcional de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60 %, avaliado pela Tabela Nacional de Incapacidades, desde que tal deficiência lhes dificulte a locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou sem recurso a meios de compensação, incluindo próteses e ortóteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas ou no acesso ou utilização dos transportes públicos coletivos convencionais; As pessoas com deficiência intelectual e as pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 % e as pessoas com deficiência visual, com uma alteração permanente no domínio da visão igual ou superior a 95 %, avaliada pela Tabela Nacional de Incapacidades.” -----

----- vii. Este cartão tem um número de dístico e permite que o mesmo possa ser usado, independentemente da titularidade do veículo. Quer isto dizer que a pessoa pode ser transportada por diversos familiares, em diferentes veículos (não tendo que estar disponível sempre um mesmo familiar, num mesmo veículo). -----

----- viii. O número de lugares reservados para veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada é estabelecido pelos municípios, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;-----

----- ix. Esta matéria é tratada de forma distinta pelos vários municípios. Em alguns, são atribuídos lugares de estacionamento privativos, sinalizados por meio de placa com

identificação da matrícula, junto da residência, ou do local de trabalho, noutros municípios, os lugares reservados não estão afetos a um determinado veículo, em particular e existem ainda aqueles que optam pelo número de dístico, permitindo à pessoa com mobilidade motora condicionada poder ser conduzida por diversos familiares, sendo esta última opção a mais equitativa e justa.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António reunida em 9 de dezembro de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal que:-----

1. Seja alterado o Regulamento Municipal para estabelecer a atribuição de lugar de estacionamento privativo a: -----

----- a) pessoas com deficiência motora, física ou orgânica que, por motivo de alterações na estrutura e funções do corpo, congénitas ou adquiridas, tenha uma limitação funcional de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60 %; -----

----- b) pessoas com deficiência intelectual e as pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %; -----

----- c) e as pessoas com deficiência visual, com uma alteração permanente no domínio da visão igual ou superior a 95 %, avaliada pela Tabela Nacional de Incapacidades.--

----- 2. Seja reconhecido às pessoas referidas no número anterior o direito à demarcação de um lugar de estacionamento, com as dimensões prescritas nas normas técnicas anexas ao Decreto-Lei 163/06 de 8 de agosto, junto à residência e/ou local de trabalho.-----

----- 3. Seja alterado o Regulamento Municipal para que o lugar de estacionamento privativo a pessoas com deficiência motora seja feito através de placa identificando o número de dístico, para que se permita a diversos veículos a condução da pessoa com deficiência.-----

----- Pela representante do Bloco de Esquerda, Mariana Gomes -----”

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que parecia haver uma lacuna na proposta, com a qual o CDS concordava globalmente.-----

----- O nível de deficiência dessas pessoas podia atingir níveis que não permitissem ter carta de condução ou conduzir. Portanto, deveria, na alínea a), ser a pessoa que usufruía do cartão quem tinha a deficiência motora mas poder ser usado por quem a transportava ou cuidava. Muitos desses deficientes não teriam carro próprio e seria o cuidador a transportá-los, ou algum familiar e que podia não ser sempre o mesmo.-----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que normalmente os carros eram adaptados por pedido da pessoa com deficiência.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que podia ser uma questão de interpretação. O que a recomendação propunha era que o Regulamento Municipal fosse alterado para atribuir um lugar de estacionamento privativo. Podia ser dado a uma pessoa que não conduzia mas necessitava de um cuidador. O carro podia ser da pessoa que acompanhava.

----- A proposta reportava a uma questão individual, do cartão associado a cada indivíduo e não a um carro. A pessoa tinha na sua posse um cartão que lhe permitia usar.-----

----- O que acontecia era o lugar ser atribuído em relação à matrícula e a proposta era que fosse atribuído à pessoa que necessitava desse lugar de estacionamento privativo à porta de casa, agregado a uma morada.-----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que havia indicação de que esse processo estava em curso. Para além da referência ao cuidador, também o Projeto de Mobilidade Assistida que Lisboa integrara com outras cidades europeias através da EMEL, recomendava o uso do cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, o que permitia aos seus detentores autenticarem-se ao estacionar em lugares reservados. Havia

a necessidade, de locais marcados e reservados. Era isso que o projeto desenvolvia e para isso não podia ser a morada que estava na placa, tinha que ser o cartão. -----
----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Estacionamento para pessoas com deficiência”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Moção** -----

“----- *Pela contratação de mais funcionários não docentes*-----
----- *A falta de funcionários não docentes tem causado problemas graves em vários estabelecimentos de ensino. Nas últimas semanas vários agrupamentos, através das suas direções e associações de encarregados de educação têm trazido a público a gravidade deste problema. Há serviços, blocos e, em alguns casos, escolas inteiras que ficam paralisadas por falta de condições para um funcionamento normal e seguro. ---*
----- *Além das públicas manifestações de descontentamento, assinalam-se vários protestos organizados pelos funcionários não-docentes ou pela comunidade educativa em geral por todo o país. A falta de agilidade do governo em proceder à substituição de funcionários de baixa ou recém-reformados e os rácios insuficientes de funcionários por número de alunos são alguns dos problemas apontados. -----*
----- *É urgente que o Governo tome medidas sobre este problema grave do sistema educativo português, um problema que tem um carácter sistemático, entre outras razões pela falta de renovação dos quadros de funcionários não-docentes, e que urge resolver.*
----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 9 de dezembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----*
----- *1. Manifestar a sua profunda preocupação com a falta de funcionários não docentes, o que tem impedido o regular funcionamento da atividade educativa em várias escolas do concelho de Lisboa;-----*
----- *2. Apelar ao Governo e à Assembleia da República que revejam a fórmula de cálculo do rácio para a contratação de funcionários não docentes para as escolas e que tomem as diligências necessárias para a contratação urgente dos funcionários não docentes em falta nos agrupamentos de escolas do concelho; -----*
----- *3. Manifestar o seu apoio solidário a todas as ações de protesto que visam alertar para a necessidade da urgente contratação de funcionários não docentes. -----*
----- *Em caso de aprovação, o presente documento deve ser enviado para: Presidente da República; Primeiro-ministro; Ministro da Educação; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública; Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.*
----- *Pela representante do Bloco de Esquerda, Mariana Gomes -----”*
----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Pela contratação de mais funcionários não docentes”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS, BE, PCP, 1PS) e 3 abstenções (PS).-----
----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Pela contratação de mais funcionários não docentes”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor (2PSD, PS, CDS, BE e PCP) e 1 voto contra (1 PSD).-----
----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Pela contratação de mais funcionários não docentes”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado

aprovar por maioria, com 4 votos a favor (2PSD, BE e PCP), 2 votos contra (1PSD e CDS) e 4 abstenções (PS)-----

----- **Moção** -----

“----- *Pelo reforço imediato de Assistentes Operacionais e Assistentes Administrativos necessários ao regular funcionamento da Escola Pública* -----

----- *Três meses depois da abertura do ano letivo 2019/2020 que ficou marcado pela falta de assistentes operacionais nas escolas, a situação parece estar longe de ficar resolvida, o que preocupa os eleitos da CDU.* -----

----- *São várias as Escolas onde este problema se mantém, não obstante a luta e a reivindicação dos trabalhadores e das suas organizações representativas para que a situação se resolva. E esta não é uma questão menor quando se fala da valorização da Escola Pública.* -----

----- *O normal funcionamento das escolas convoca a necessidade de garantir que existem trabalhadores em número suficiente para responder às especificidades de carácter regular e transitório de cada uma contribuindo de forma decisiva para uma Escola Pública de qualidade e para o futuro de milhares de crianças e jovens que a frequentam em cada ano letivo.* -----

----- *Hoje existem escolas, em que por falta de pessoal não docente, tiveram redução de horário de funcionamento, problemas como a segurança dos alunos, falta de apoio a alunos e professores, degradação das condições de higiene, encerramentos de unidades especiais, etc. podemos (dar como exemplo: entre elas as escolas do Agrupamento Virgílio Ferreira, onde se insere a EBI Dom Luís da Cunha, situada na área geográfica da Freguesia de Alvalade).* -----

----- *Estas situações insustentáveis verificam-se em escolas que até podem cumprir os rácios pessoal não docente/número de alunos, mas que ignoram os trabalhadores que estão de baixa ou em horários reduzidos.* -----

----- *A falta de trabalhadores não docentes nas escolas da freguesia infelizmente não são exceção daquele que é o cenário de todo o país, agravado pela promessa feita pelo governo em Fevereiro de reforço com mais 1.000 contratações, mas que não foi cumprida.* -----

----- *Só na cidade de Lisboa, de acordo com os dados do gabinete do vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Grilo, divulgados na comunicação social e não desmentidas, faltam precisamente 514 auxiliares nas 137 escolas públicas do concelho, abrangendo todos os anos de escolaridade, do 1.º ao 12.º* -----

----- *Agravando esta situação de trabalhadores em falta, sobrecarregados e desvalorizados, somam-se os rácios desajustados da realidade e da especificidade de cada estabelecimento de ensino, e a desresponsabilização sobre a quem compete a resolução imediata do problema. Assim, é urgente e necessário proceder a uma alteração que responda às necessidades objetivas de cada escola no que concerne às suas características e inserção no meio, à tipologia de edifícios, ao número de alunos no geral, ao número de alunos com necessidades de saúde especiais, designadamente nos casos em que é necessário acompanhamento permanente, entre outros aspetos.* ---

----- *A diminuição de milhares de trabalhadores da Escola Pública durante o Governo PSD/CDS teve graves consequências e há que romper definitivamente com essa herança destrutiva e que o anterior Governo PS não resolveu. A opção por um verdadeiro caminho de valorização de todos os trabalhadores e de toda a Escola Pública não pode passar à margem do reforço de pessoal, do trabalho com direitos, da existência e reposição de carreiras, do combate à precariedade e aos baixos salários. - Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 9 de Dezembro de 2019, delibere:* -----

----- 1. Instar o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Lisboa a desenvolverem, com urgência, as diligências necessárias com vista à: -----

----- a) Contratação do Pessoal não Docente necessário ao regular funcionamento de todos os estabelecimentos públicos de educação em funcionamento na freguesia, integrando-os na carreira com vínculo público efetivo, pondo fim aos regimes de contratação com vínculo precário; -----

----- b) Garantir a existência de Pessoal não Docente em número suficiente, durante todo o horário de funcionamento em todas as escolas da freguesia; -----

----- c) Garantir a existência, em número suficiente, de Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) com a formação adequada/ especializada no acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente, as de caráter permanente; tal como previsto no Decreto-lei nº 54/2018, de 6 de julho. ----

----- d) Adequar o número de Assistentes Operacionais (auxiliares de ação educativa) à tipologia dos edifícios escolares e à área dos recintos escolares; -----

----- e) Criar um mecanismo que permita a cada escola, em caso de necessidade, adequar o número de pessoal não docente às suas especificidades, independentemente da dotação máxima de referência do pessoal; -----

----- f). Definir as necessidades permanentes das escolas e ter atenção às necessidades transitórias; -----

----- 2. Dar conhecimento desta Moção ao Ministério da Educação, à Direção-Geral de Educação, à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, à Assembleia da República, aos Vereadores dos diferentes partidos representados na CML aos deputados da AML, às Direções dos Agrupamentos Escolares da Freguesia e Associações de Pais e Encarregados de Educação.-----

----- Lisboa 9 Dezembro de 2019 -----”

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pelo reforço imediato de Assistentes Operacionais e Assistentes Administrativos necessários ao regular funcionamento da Escola Pública”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 5 votos a favor (2PSD, CDS, BE e PCP), 4 abstenções (PS) e 1 voto contra (IPSD)-----

----- Continuando, disse que havia um voto de pesar bem profundo pelo falecimento de José Mário Branco. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar**-----

----- “----- Pelo falecimento de José Mário Branco -----

----- Morreu a 19 de novembro de 2019 José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões e à desigualdade social.-----

----- Regressando a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa que marcam os primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo A Comuna, mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta logo após chegar a Portugal. O GAC dinamizou centenas de sessões de canto em aldeias, fábricas e quartéis por todo o país, participando inclusivamente no Festival da Canção de 1975 com o tema "Alerta". -----

----- No período pós-revolucionário compõe e edita duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que ficariam para sempre como a marca da desilusão por parte de uma geração que entregou a sua juventude ao processo

revolucionário e assistia então ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade socialista em Portugal. -----

----- Em 1999 participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer". -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em 9 de dezembro de 2019, delibera: -----

----- Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco, e exprimir aos seus familiares, amigos e camaradas o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem. ---- ”

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento de José Mário Branco”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor (2PSD, PS, CDS, BE e PCP) e 1 abstenção (1PSD). -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apresentação, análise e votação da proposta de Opções do Plano e Orcamento para 2020;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que começava por falar nas Opções do Plano em termos gerais e explicar o sentido de voto do PCP. -----

----- Logo no início eram referidas duas matérias em que o PCP tinha uma posição clara, a transferência de competências e a agregação de Freguesias. O documento na sua plenitude estava logo marcado por esses aspetos em que o PCP era contra. Ia repetir porque só repetindo determinados aspetos se percebia em cada momento a razão de estarem contra. -----

----- Estava contra a descentralização de competências e mais ainda com a transferência porque havia competências que eram do Governo Central, que eram essenciais à população como um todo e não podiam ser espartilhadas. Deviam ser assumidas, tendo em conta as diferenças dos locais mas com todos os habitantes das diferentes zonas a terem acesso ao mesmo tipo de políticas definidas termos centrais. Podiam estar a agravar algumas desigualdades entre Freguesias e entre fregueses e, portanto, esse era um dos motivos porque logo à partida estavam contra. Por outro lado verificava-se o risco das populações aligeirarem as responsabilidades do próprio Estado e, na prática, passarem para as Freguesias. -----

----- Do ponto de vista financeiro poderia ser uma vantagem mas também não considerava que fosse, porque as verbas já eram insuficientes à partida e não era por serem delegadas ou transferidas que elas passavam a ser suficientes. -----

----- Assistia-se a isso em termos das Assembleias e continuaria com a descentralização, e nomeadamente em relação ao lixo, que era um dos temas em que se viam vários problemas com as delegações. -----

----- Passando da Introdução para o próprio Plano, no ano anterior tinha falado do voluntariado e voltava a haver o voluntariado jovem. Tinha sido explicado na altura e queria acreditar que assim estava a ser, que não era para substituir trabalho permanente. Desde que fosse para a integração de jovens para o contacto com novas atividades não tinham nada contra, mas sempre lembrando que não podia ser para substituir tarefas a ser feitas por trabalhadores da Freguesia. Tinha curiosidade em saber, relativamente ao ano passado e naquilo que previam, o número de voluntários e respetivas tarefas. Também saber se foram selecionados, se houve contrapartidas. Em termos gerais era

saber o que acontecera e o que pensavam vir a acontecer, qual o *feed-back* que tinham. -

----- Havia outra questão em relação ao Plano de Atividades e que tinha a ver com algumas frases. Não era o Plano de Atividades estar mal feito, porque não estava, era mais uma vez uma visão global e social que tinha outras coisas mais profundas por trás.

----- Na página 15, sobre o projeto “Bússola” dizia-se o seguinte: “na nossa sociedade os pais chegam cada vez mais tarde a casa, com pouco tempo para ajudar os filhos nas tarefas escolares. Para suprimir esta necessidade, por isso surgiu o projeto Bússola...”--

----- Na página 17 já não tinha a ver com o projeto “Bússola”, teria a ver com outra atividade e com a parte escolar, dizia o seguinte: “Devido às mudanças no tecido familiar torna-se necessário uma maior amplitude no horário de funcionamento das escolas para além da componente letiva estabelecida”. -----

----- Não era que estivesse errado, mas eram medidas pontuais que não resolviam problemas de fundo. Os pais precisavam dos filhos e os filhos precisavam dos pais e os problemas que existiam com os horários de trabalho, a desregulamentação toda dos horários e das condições de trabalho, provocavam isso. -----

----- Principalmente os professores deviam sentir muito isso. O horário de trabalho era um problema muito mais profundo, fundamental para construir a sociedade que queriam construir.-----

----- Na parte dos Espaços Verdes e Património, página 20, referia-se o seguinte: “Devido ao grande volume de serviços desta sub-unidade será necessário manter a contratação de serviços de manutenção de espaços verdes.” -----

----- Perguntou se esse recurso a serviços externos era para trabalhos permanentes ou não, se eram situações pontuais, se não tinham trabalhadores e apenas a contratação de serviços externos, qual a razão de surgir isso. -----

----- Relativamente à limpeza urbana, falaram na última Assembleia e voltavam a falar. Se estava no Plano era porque estava previsto e fazia parte das tarefas da Freguesia a questão de retirar as ervas dos passeios e a limpeza das ruas. Nas zonas de pressão turística verificava-se menos do que nas ruas laterais, era mais um alerta do que outra coisa. -----

----- Quanto ao Orçamento propriamente dito, apesar de ser contabilista, nunca era fácil de olhar para isso. Quem estava no Executivo podia perceber exatamente se aqueles meios serviam para o que se pretendia fazer. -----

----- De qualquer forma, comparando o Orçamento de um ano com o outro reparava-se que por exemplo nas despesas correntes consolidadas havia um aumento significativo nos serviços especializados, passando de 290.700 para 494.750. Devia haver um motivo e gostava de saber qual era.-----

----- Em relação aos gastos com pessoal, podia ser ignorância da sua parte mas pelo menos no privado, que conhecia melhor, se aumentavam as pessoas aumentavam os gastos com pessoal e se diminuía as pessoas também diminuía os gastos com pessoal. Fazia essa pergunta porque em 2019 tinham no Mapa de Pessoal 195 lugares previstos e 89 ocupados, em 2020 tinham 210 previstos e 94 ocupados, mas o orçamento para o pessoal era exatamente igual e gostava de perceber. -----

----- Disse que o PCP iria votar contra porque não se revia. As Opções do Plano do PCP seriam outras, mas o Executivo era quem sabia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer a cedência do espaço, um magnífico espaço recentemente inaugurado e uma grande mais valia para a Freguesia de Santo António ter algo com essa força cultural dentro da sua realidade geográfica.-----

----- Em relação ao voluntariado jovem, era temporário e coincidia sazonalmente com as interrupções letivas. Eles eram comparticipados, ganhavam dez euros por dia como

previa a Lei do Voluntariado, para que ao menos não tivessem gastos com o voluntariado. Não iam substituir ninguém, iam reforçar nas áreas que escolhiam quando se inscreviam. Por exemplo os da educação reforçavam as equipas de CAF, essas sim permanentes, porque nunca era demais ter mais olhos a ver os miúdos.-----

----- Por exemplo quem ia para informática, como era o caso do Miguel, militante do Livre e estava a tirar engenharia bioformática, no Barreiro, era uma mais valia para ajudar o técnico informático. Ganhava os dez euros por dia durante o tempo que ali estava e depois voltava para a vida dele de estudante.-----

----- Tiveram quinze voluntários na primeira leva, na interrupção letiva já tinham uma série de inscritos mas não sabia dizer quantos. Todos eles levavam t-shirts do programa que estavam a frequentar, com seguro e com tudo o que fosse necessário para um programa de voluntariado, que era muito inspirado em casos de sucesso. Foram buscar a Cascais o programa de voluntariado das praias.-----

----- Na prevenção de comportamentos de risco e educação, a “Bússola” era dos dez aos dezasseis e o da educação era até aos nove. Havia uma diferença de apoio e não era para sobrecarregar ninguém nem para arranjar soluções de nada.-----

----- A realidade que a Freguesia vivia e que era igual em todo o País era uma questão sociológica de falta de segurança. Quando chegavam ao quinto ano deixavam de ter CAF o horário do liceu e não tinham mais nada. Os que eram da geração de setenta tinham os avós a quem se podia recorrer mas atualmente isso não existia, a maior parte dos avós que conhecia ainda trabalhavam. Não havia substituição de nada nem uma solução temporária, havia um apoio efetivo para fazer com que os pais estivessem descansados enquanto os filhos não tinham aulas.-----

----- O CAF era uma imposição do Ministério da Educação e tinha que se ia gerindo conforme mudavam as regras; na “Bússola” era diferente, era um programa de prevenção, com apoio efetivo. Havia pais que optavam pelos miúdos saírem à uma ou às duas e ficarem na vida deles. A “Bússola” era uma oferta da Freguesia tinha para quem lá morava e às vezes até para quem a frequentava. A prioridade das vagas era para os fregueses, se sobrassem vagas podiam-se inscrever de fora.-----

----- Contratação de empresas nos Espaços Verdes: Atualmente a gestão do capital humano era muito difícil para um número tão elevado de metros quadrados e, portanto, recorria-se a empresas especializadas com apoio interno permanente, mas que não chegava para as encomendas. Notava-se bem porque acabaram as queixas na Assembleia de Freguesia sobre os jardins, que foram bem recuperados e estavam a ser mantidos. As pessoas podiam não ser do quadro da Junta de Freguesia mas eram dos quadros das empresas, estavam-se a gerar postos de trabalho quando se contratavam empresas.-----

----- A Limpeza Urbana, além do reforço efetivo dos meios que foram adquiridos com o dinheiro recebido da Câmara, estavam a chegar duas carrinhas e mais duas viaturas elétricas, chegara uma máquina nova para ajudar na limpeza e deservagem. Ainda estavam a correr um pouco atrás do prejuízo mas não só nas zonas de maior pressão turística.-----

----- A Avenida da Liberdade era a zona de maior pressão turística, mas automóvel, nem sequer era de pessoas. Os turistas passavam a correr ou então iam para as laterais ver os restaurantes, as lojas. A Avenida da Liberdade era a que menos trabalho dava, além da queda da folha.-----

----- Tinham limpeza urbana durante 18 horas diárias e com a verba da Câmara tinham intenção de ter três equipas para fazer 24 horas. Também os trabalhadores tinham que aceitar fazer parte de outra equipa, os que eram contratados tinha que ser especificamente para aquele horário.-----

----- **Membro Catarina Fonseca (PS)** Relativamente às receitas correntes, questionou de onde vêm os donativos no valor de 170.000,00€; e sobre o valor dos protocolos e outras transferências da Câmara Municipal de Lisboa no valor de 2.232.500,00€, onde se baseiam para colocarem este valor.-----

--.

Quanto s despesas correntes, questionou sobre o valor de 192.500,00€ nas várias rubricas em «Estudos, pareceres, projetos e consultadoria, Outros trabalhos especializados» no valor de 494.750,00€; «Outros serviços» no valor de 365.500,00€. Deveriam estar discriminados. Trata-se de um valor demasiado elevado para não se saber onde vai ser aplicado. -----

- Questionou sobre que tipo de investimentos vão fazer na Higiene Urbana, com o dinheiro que veio da Câmara especificamente para este pelouro, e na Ação social, na rubrica Alimentação – Refeições confeccionadas – quem as vai confeccionar, onde e para quantas pessoas -----

.

Questionou ainda o porquê do orçamento da Cultura ser superior ao da Educação.-----
Questionou finalmente sobre como é feita a distribuição do valor pelas duas escolas da Freguesia.

----- **O Senhor Presidente da Junta**, disse que o dinheiro das escolas tinha a ver com o número de alunos e com o ratio para a contratação de mais ou menos pessoal. Estava especificado um tanto para ali e um tanto para acolá. Não havia um bolo para dividir, quando a Câmara dava o dinheiro era para a Luísa Ducla Soares e para a escola básica de São José. -----

----- As novas regras ditaram uma alteração nos brinquedos. Podiam não mudar um brinquedo colocado pouco tempo antes mas as áreas de segurança mudaram. Infelizmente, e não levassem isso como uma crítica, com a retirada dos seguranças do Torel aumentaram os atos de vandalismo de atirarem as trotinetes para o pátio. O brinquedo tinha que ser mudado devido à nova regra de segurança, que já não podia ser do material que lá estava. -----

----- Era mais barato construir um brinquedo novo com a nova regra e por isso se fazia essa previsão. Se era por causa das Leis até percebia, pelo vandalismo custava-lhe um pouco. Atiraram várias vezes as trotinetes lá para baixo para cima do brinquedo, e danificaram-no.-----

----- Quanto às novas áreas verdes na antiga Coração de Jesus, todos sabiam que a antiga Coração de Jesus era uma área parca em espaços verdes. Basicamente tinha os canteiros da Braancamp e do outro lado da colina não tinha espaços verdes, eram estradas e ruas. Faltava ali algo que se tornasse aprazível. -----

----- Colocara-se a hipótese à Câmara e parecia que seria visto com bons olhos, no Largo do Andaluz fazer uma pequena alteração através do CDC a negociar em janeiro, para criação ali de um parque verde. Por muito pouco que fosse, sempre era uma área verde que ficava na zona. -----

----- Na antiga São Mamede, na subida para as Amoreiras havia uma parte que não era de Santo António, mas aquele meio onde desembocava o túnel, toda aquela zona até lá acima era árida e muito larga. Se tinha à sua direita o Parque Eduardo VII, aquele meio era uma zona muito árida e estéril e no tempo de calor ficava um ambiente muito pesado.-----

----- O que se estava a fazer, também com trabalhos especializados de um arquiteto paisagista, era conforme estava ao fundo da Fontes Pereira de Melo. Era um corredor de circulação mas mais aprazível e era isso que queriam colocar naquela zona, que se

tornasse menos árido. Havia possibilidade de tornar a zona mais aprazível. Por isso colocaram em Opções do Plano essa ideia. -----

----- Os donativos eram uma previsão minimamente correta. Estavam quase a fechar o ano, queriam aumentar cerca de 20 mil euros. Felizmente tinham bastantes donativos e até o material doado tinha valor, não tinha que ser propriamente em *cash*, podia ser em espécie. -----

----- Nos estudos e pareceres, havia umas rubricas que tinham mais ideia do que outras. Os 1500 euros eram a abertura de rubrica,. Por exemplo na gestão de capital humano, a formação específica para quem estava nos programas que se adquiriam, tecnicamente tinha esse nome, “estudos e pareceres”, “outros serviços”, “trabalhos especializados”. Dentro disso havia um número em que nos estudos e pareceres entrava consultadoria de arquitetos paisagistas, ambiente, formação. Por exemplo em estudos e pareceres entrava consultadoria autárquica, técnico oficial de contas, revisor oficial de contas, que não eram baratos.-----

----- Construções no Espaço Público: CDCs, que encaixavam na pergunta de cerca de 1700.000, eram uns 648.000 dos CDCs e o dinheiro da taxa turística, transferência da Câmara Municipal.-----

----- Quanto ao orçamento da Educação ser mais baixo do que o da cultura, não era. Só que a manutenção, pequenas obras de reparação na escola, não estava dentro da Educação. Podia dar um exemplo, além da verba aprovada no ano anterior para a educação gastaram-se 60 mil euros nas casas-de-banho da Escola Básica de São José. -

----- Nos números apresentados enquanto o número da Cultura era final, o da Educação ia sempre beber noutras rubricas, noutras orgânicas. Por exemplo a pintura da escola não saía do orçamento da Educação. Conseguira-se arranjar no norte, numa cerâmica familiar, que fazia o chão com a tijoleira igual à original. Quando não havia punha-se outra mas finalmente iam conseguir fazer toda a escola igual ao que era original, em 1943, quando abriu.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que queria dar uma nota de agrado pela indicação da criação de uma equipa para estudar um regulamento do possível Orçamento Participativo da Freguesia. Era uma proposta do BE em reunião com a Junta de Freguesia, achavam ser um instrumento importante de democracia e de participação direta das pessoas que viviam na Freguesia de Santo António e tinha a possibilidade de aproximar as pessoas à concretização e participação na criação de atividades e projetos para a Freguesia. -----

----- Existiam exemplos de regulamentos muito diferentes. Era uma questão complexa. Sabia que um regulamento não era feito em duas semanas. Na reunião tinha falado em nome da lista pela qual era eleita, que pudessem ver frutos desse processo nos próximos meses.-----

----- As prioridades das Opções do Plano pareciam-lhe desequilibradas, existiam áreas com uma explicação sobre as atividades e propostas específicas que a Freguesia tinha para o ano 2020 e outras em que isso não existia de todo, um conjunto de globalidades que não eram concretas, que não diziam na realidade quais os projetos da Freguesia para essas áreas. -----

----- Perguntou qual a razão de ter saído da Ação Social o programa “Abrigo e Companhia”. Em 2019 havia esse programa em ligação com a Higiene Urbana que identificava os casos. Gostava de saber porque saía pois infelizmente continuava a ser uma questão importante na Cidade de Lisboa.-----

----- Sobre a dinamização do Centro Social Laura Alves já tinham respondido. Ao contrário do ano anterior, em que explicitava os projetos e o que acontecia, tinham três linhas que nada diziam sobre isso. Percebia a explicação mas perguntava o que tinha

acontecido a algumas das atividades que estavam sediadas no Centro Social Laura Alves, onde estavam sediadas e onde se poderiam dirigir os fregueses de Santo António para essas atividades e serviços. -----

----- Sobre o voluntariado jovem a crítica continuava a ser a mesma. Não era contra o voluntariado mas existia uma linha muito ténue entre o que eram atividades de apoio, de consciencialização. Esse programa era projetado para os jovens. Em 2019 era dos 16 anos aos 21 anos e a proposta era dos 15 aos 22 anos. Esperava que não viesse a ser dos 10 aos 30. Viam-se atividades como divulgar junto dos fregueses informações úteis, um objetivo que estava inclusivé descrito na área da comunicação. O apoio às colónias escolares seria da área da educação, cultura. Colaborar na manutenção da limpeza das zonas verdes, esse era um trabalho que também seria feito para pessoas que trabalhavam na área dos espaços verdes e da limpeza urbana. Era preciso ter muito cuidado com isso. Tinha gostado muito do que dissera a Membro Sónia Costa. Era um risco e tinham que pensar muito bem sobre isso. Sabia-se que atualmente os jovens ficavam na casa dos pais até muito mais tarde e era uma obrigação pensarem como poderiam dar instrumentos a esses jovens para conseguirem evoluir. A ganhar dez euros ao dia era um pouco complicado. -----

----- Notava-se uma tentativa de atenção diferente com a descrição e os objetivos de algumas áreas. Ainda assim, na área da cultura, dinamização do espaço público e educação, o texto era quase o mesmo e na cultura era exatamente igual, *copy paste*. Na Educação mudava nas obras da Escola de São José, mas no resto o texto era exatamente igual. -----

----- Por exemplo na área da Cultura falava-se em desenvolver projetos. Que projetos? Inclusivé algumas repetições parágrafo por parágrafo, os objetivos repetiam-se e no final a única coisa concreta era sobre a Biblioteca Cosmelli Sant'anna e ainda bem, mas as três atividades propostas eram relacionadas com a biblioteca. Era interessante pensar o que podiam ir além disso também. -----

----- Sobre os Espaços Verdes, finalmente os jardineiros. Era uma proposta no programa da Junta e finalmente, depois de muitas perguntas na Assembleia, lá estavam os jardineiros. -----

----- Sobre a requalificação do jardim Camilo Castelo Branco, ela também estava desde 2018 nas propostas da Junta e ainda não fora concretizada. A mesma pergunta sobre as ruas do espaço público, elas também estavam desde 2018. Havia só uma das cinco que estavam em 2019 que foi realizada. -----

----- Na Limpeza Urbana também era com agrado que via a preocupação com a questão do ambiente e com as novas técnicas e formas de elucidar como poderiam ter o seu papel e como a Junta podia ter um papel importante nessa questão. -----

----- Na Comunicação, por exemplo na parte da ação social era uma área em que as propostas estavam muito bem concretizadas. Conseguia-se perceber exatamente o que a Junta de Freguesia esperava e queria fazer com a área da comunicação e era uma pena perceber que isso não acontecia noutras áreas também. -----

----- As Opções do Plano eram importantes para dizer o que se pensava, o que se propunha e como a Junta de Freguesia se posicionava em relação aos vários problemas. Via-se vontade de apoiar os fregueses por exemplo a fazer candidaturas de apoio ao arrendamento, Mas não existia uma palavra sobre apoio a imigrantes e refugiados. Portugal seria dos países que recebia menos refugiados e sabia-se o que essa questão tinha envolvido a Europa e a União Europeia. As juntas de freguesia e os municípios podiam ter também um papel importante sobre essa questão. Não existia uma palavra sobre isso e era pena. -----

----- Sobre o Orçamento, por vezes era difícil perceber a correspondência entre o Orçamento e as Opções do Plano. Por exemplo na área da Educação via-se uma diminuição de 2019 para 2020 e imaginava que atividades como o projeto “Bússola” estivessem envolvidas...-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que não estavam. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que ainda assim questionava a razão da diminuição. Falava do projeto “Bússola” porque lembrava-se de uma intervenção da Membro Elisa Rodrigues sobre haver muitos pais interessados e por vezes não haver vagas. -----

----- Via-se um aumento na Comunicação relativamente a 2018. Em 2019 não existia uma rubrica para a comunicação, em 2019 existia com 101 mil euros, para 2020 tinham 118.700 euros, maior do que o orçamento para a educação. Gostava de perceber essa disparidade. -----

----- Ainda que fossem áreas que não podiam comparar de uma forma direta, porque não tratavam do mesmo assunto, sabia-se como a Junta de Freguesia tinha apostado na Comunicação.-----

----- Nas descrição do Orçamento, dado que algumas das rubricas significavam um sexto do Orçamento e correspondiam a planos, “outros”, etc., parecia não haver uma correspondência com as informações do Plano. No Orçamento parecia haver mais coisas a acontecer do que o Plano dizia. Era o exemplo da cultura, em que tinha um orçamento que parecia não corresponder ao Plano. -----

----- O Mapa de Pessoal era o ponto seguinte mas ainda assim gostava de fazer uma nota porque tinha a ver com aquilo que eram os objetivos da Junta nas Opções do Plano. Existia uma nota sobre a CPCJ: “Analisar e acompanhar as situações sinalizadas à CPCJ”. A transferência da CPCJ para a Junta de Freguesia de Santo António dera-se no início do ano anterior, isso tinha sido abertamente discutido na Assembleia e sabia-se que houve alguns problemas que teriam sido resolvidos. No entanto, esse protocolo estava programado para a contratação de duas administrativas e um jurista para o Mapa de Pessoal da Freguesia. Isso nunca tinha acontecido e uns dias antes tivera a informação de que as duas administrativas e o jurista que trabalhavam na CPCJ, as técnicas desde 2016 e o jurista desde 2017, as três pessoas pagas a recibos verdes. Uma das administrativas tinha saído no verão devido à instabilidade, era verdade que tinha sido substituída, mas a outra administrativa e o jurista receberam uma informação de que iriam cessar o contrato.

----- Gostava de perguntar à Junta de Freguesia o que teria acontecido. O protocolo era explícito quanto a essa contratação. As três pessoas sempre estiveram a recibos verdes, esperariam uma oportunidade de estabilização e de continuar o bom trabalho que estava a ser feito. Essa cessação de contratos punha em causa o trabalho da CPCJ. -----

----- A partir do próximo mês a CPCJ ficaria sem uma administrativa e sem um jurista, que apesar de estar a 50% do tempo era a pessoa que acompanhava tecnicamente alguns dos casos. Queria perguntar o que tinha acontecido e como se iria resolver o caso.

----- A verdade era que esses profissionais no final do mês estavam desempregados e não se percebia a razão. Numa reunião tinha dito ao Senhor Presidente da Junta que teria de admitir o trabalho que era feito no que dizia respeito ao PREVPAP e no Mapa de Pessoal tinha havido cada vez mais abertura de lugares para a contratação. Essa crítica era também feita na Assembleia, que as contratações não acompanhavam a abertura de lugares. Os lugares para esses três profissionais existiam no Mapa de Pessoal e não se percebia porque essa contratação ainda não tinha sido feita.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começaria pela última, que era a posição mais política em relação aos assuntos que levavam ali. -----

----- Não sabia a quem tinha perguntado, se colocava em risco ou não, mas também lhe deviam ter dito que estavam a decorrer os concursos aos quais essas pessoas concorreram. Ambas as administrativas puseram o seu lugar à disposição e quiseram ir embora pelos meios próprios já depois de se inscreverem para o concurso. -----

----- Aí as opiniões divergiam, a CPCJ ficava a ganhar porque saíram duas assistentes técnicas e entraram duas técnicas superiores que estavam a fazer serviço na CPCJ. Técnicos superiores podiam constituir processos, coisas que as assistentes técnicas não podiam fazer. -----

----- Quanto ao jurista, não sabia o que se estava a falar porque o concurso estava a decorrer, ainda não tinha terminado e estava previsto terminar até ao final do ano. -----

----- As assistentes técnicas saíram com os concursos a decorrer para ficar no quadro, tinham que ser substituídas, havia dois técnicos superiores indicados para o efeito e a CPCJ até ficava a ganhar. O concurso do jurista continuava a decorrer. A pontuação era do júri e estava na porta da Junta de Freguesia, porque era obrigatório no Diário da República e no site da Freguesia. -----

----- Aliás, se fossem ver ao site e consultar os concursos, já não havia necessidade daquelas duas vagas porque estavam suprimidas. -----

----- Em relação ao Orçamento Participativo, era uma vontade que tinha sido acatada. Havia vários regulamentos e tentavam perceber qual era o melhor regulamento para a Freguesia. Com certeza não seria igual ao de Alcabideche ou de Penacova. ----- Umás áreas mais explicadas do que outras, era capaz. A cultura era volátil, o que interessava não era propriamente a quantidade mas sim a qualidade, que era ditada pela Freguesia que tinham. Havia pessoas que gostavam mais de exposições. Por exemplo o Pedro Salvador Mendes e o José Augusto estiveram a expor, dois aguarelistas, dois caricaturistas, dois desenhadores conceituados da praça que estiveram a expor na Biblioteca. Aliás, de quinze em quinze dias ou de mês a mês tinham exposições e faziam a divulgação das mesmas. -----

----- Em relação ao jardim Camilo Castelo Branco, por incrível que parecesse era Portugal, estava preso por duas ou três peças que já não existiam no mercado. A EPAL não tinha as peças, andavam em tudo o que era ferro-velho à procura da tal peça que faltava para ligar o contador. Era um pouco chutar as responsabilidades de uns para os outros mas a arquiteta paisagista tinha os seus conhecimentos e em princípio a coisa iria dar-se no primeiro trimestre de 2020. -----

----- Quanto à Educação, percebia a moção do pessoal não docente que fazia falta. Era quase impensável o número de auxiliares para aquele número de “índios e índias”. Eram jovens, tinham sangue na guelra e nem era por serem mal educados, era mesmo por serem miúdos. As auxiliares estavam cansadas por já terem muitos anos disso, embora umas fossem mais novas do que outras, mas o orçamento para a Educação ia de encontro das competências da Junta. -----

----- Disse que tinha sido voluntário durante 22 anos nos Bombeiros Voluntários da Ajuda, não ganhava dez euros por dia nem por noite. Agora recebiam dez euros por dia porque era isso que mandava a Lei, não lhes podia pagar nem mais nem menos ou deixava de ser voluntariado e passava a ser um trabalho. Não era um trabalho, era um voluntariado. -----

----- Por exemplo o Miguel da informática tinha ido fazer voluntariado, ajudava a arranjar os computadores avariados e quando foi preciso ficar mais tempo porque iam entrar em eleições e precisavam de apoio, ele ganhou à parte por isso. Já não era voluntariado, era um trabalho. -----

----- Não podia contratar menores, eram voluntários. Ia dos 15 aos 22 porque atualmente a diferença entre 15 e 16, em termos de mentalidade era zero. Alguns deles, quando se iam inscrever para voluntariado, nem sabiam que iriam ganhar. -----

----- Só faziam cinco horas, não eram oito horas por dia. Iam ajudar aos almoços, iam ao passeio no pavilhão de conhecimento e eram mais uns pares de olhos a ver os miúdos. O voluntariado não servia só para ocupar o tempo ou para ganhar dez euros por dia, aprendia-se a trabalhar, a conviver, a estar numa sociedade. -----

----- Alguns deles podiam descobrir que queriam ser educadores de infância, o que estivesse na cultura se calhar queria seguir a cultura. Por exemplo acompanhavam os ensaios da escola de teatro, quem se inscrevia para a área da cultura ia participar nos eventos. -----

----- O voluntariado era mesmo voluntariado, ninguém estava ali a aproveitar ninguém. Se achavam que se estavam a aproveitar de alguém, então inscrevessem como voluntários nos bombeiros e aí veriam o que era ver a vida a andar para trás. -----

----- Disse que o Centro Social Laura Alves tinha vários andares e dois deles estavam sub-aproveitados. -----

----- Iriam fazer quatro números de magazine em 2020. -----

----- A Cultura era a criação de projetos com o CNC, que podiam vir a ser dez ou nem sequer acontecer. A cultura em Portugal parecia ser o parente pobre mas não era, faziam-se guerras para defender a liberdade e a cultura. Era abrangente, tinha abertura suficiente para caber vários tipos de ações dentro de um ano. Podiam ir ver o Heiner Muller ao CCB, depois viam o “Deixa-me Rir” no Maria Vitória e “A Severa” no Politeama. Perguntava se era isso que consideravam a cultura, se ficavam contentes. Eram opções, na Junta faziam Cultura geral para a Freguesia, não se fazia cultura para as elites nem para os amigos. -----

----- Quanto ao “Abrigo e Companhia”, não tinha desaparecido. O trabalho que a Freguesia fazia com o NPISA e com a Santa Casa fazia com que se canalizasse para soluções mais duradouras. Não era um trabalho fácil, não era estalar os dedos e eles saírem da rua, eram completamente nómadas e quando o acompanhamento estava a chegar ao fim eles mudavam. Em seis anos tiraram-se três da rua e um infelizmente já morrera. Os outros dois continuavam a trabalhar na Junta de Freguesia e eram casos de sucesso. A Santa Casa e o NPISA tinham um programa mais abrangente, com outro acompanhamento, enquanto a Freguesia não conseguia passar do meio termo. Para isso havia muita gente a dar e não era solução. Podia dar o exemplo do dia da inauguração das luzes, apareceu uma pessoa sem-abrigo na Praça da Alegria e disse-lhe que se quisesse trabalhar, para se apresentar na Junta que tinham vaga. Nunca mais apareceu

----- O trabalho tripartido com a Santa Casa, o NPISA, a CML e os técnicos da Câmara, fazia muito mais sentido por serem soluções duradouras do que ir dormir uma noite ao albergue. O trabalho tripartido fazia muito mais sentido, o encaminhamento das pessoas identificadas para a Santa Casa da Misericórdia, que tinha mais capacidade. -----

----- Havia uma sem-abrigo nova, 40 anos, e perdera a casa por partilhas. Tentaram acompanhá-la e encaminhá-la, mas não queria e a partir desse momento não se podia impor a presença. Já lhe tinha sido dado o albergue e uma série de coisas, já foi lá o 144, a Santa Casa, a Junta. Não era uma problemática fácil. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que decidira nesse ano poupar a Assembleia a grandes trabalhos numéricos, sendo que se debruçaria mais na altura das contas e da execução orçamental. -----

----- Começando pela questão da cultura, já não era a primeira vez que o Senhor Presidente respondia com cultura elitista e não elitista. Às vezes dava ideia que algumas

coisas eram só para determinado tipo de pessoas mas o que se via por exemplo nos concertos ao ar livre do São Carlos, com ópera e música clássica, denominada alta cultura, o povo todo acorria e gostava, estava lá. As pessoas podiam ter menos cultura musical mas iam e gostavam. Portanto, quando a denominada alta cultura descia do pedestal as pessoas também gostavam. -----

----- Lembra-se de no malfadado Estado Novo à segunda-feira haver uma peça de teatro na televisão e era aí que aprendera a ver Brecht, Beckett, Hemingway. Era para toda a gente. Portanto, a cultura não podia ser compartimentada entre cultura popular e cultura elitista e era esse reparo que gostava de deixar porque a Junta não podia ir só atrás daquilo que tinha mais aceitação no imediato, mas também promover às pessoas da Freguesia, porque havia pessoas com níveis de cultura diferentes, a possibilidade de assistirem a espetáculos variados. -----

----- Na questão dos Espaços Verdes queria dar os parabéns à Junta porque as coisas melhoraram bastante. Também o espaço para os cães de facto já existia, talvez não tivesse sido tão noticiado como foram outras obras. De facto estava lá e muito bem.----

----- Sobre a contratação de empresas de jardinagem, não via mal nenhum nisso desde que não fossem aquelas com más experiências do passado, como uma de Bragança que andava aí e não correu muito bem. -----

----- Gostava de referir uma questão que não estava nas Opções do Plano e era uma promessa eleitoral do Executivo. Por vezes as pessoas iam ter consigo, não percebiam muito bem o que era Assembleia de Freguesia e Junta e perguntavam-lhe pelos guardas-noturnos, ao que respondia ir pergunta ao Senhor Presidente. Era essa pergunta que fazia.

----- Em relação ao Orçamento Participativo, com o qual também concordava, mas ter um Orçamento Participativo com cem euros não valia a pena. Outra questão era que não podia ser como o Orçamento Participativo da Câmara, com projetos aprovados já com seis e sete anos e que ainda não viram a luz do dia. Tinha que haver um Regulamento e uma transparência de processos muito grande para não haver comentários menos agradáveis sobre o vencedor. Ia sempre haver mas pelo menos que estivesse salvaguardado nessa matéria.-----

----- Retomava um ponto do Orçamento levantado pela representante do PCP e que o Senhor Presidente habilmente tinha desviado a resposta. De facto as coisas custavam dinheiro, contratar arquitetos, engenheiros, pianistas, fosse o que fosse, mas a questão para si não era essa e o valor absoluto que estava em causa também não era para si o importante. O importante para si era a variação, a razão pela qual no ano anterior se gastou 240 mil e nesse ano gastavam-se 480 mil; saber o que se iria fazer a mais para um aumento de 100%. Não queria pensar que já estavam a aproximar-se das eleições autárquicas. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** começou por dar os parabéns aos povo cabo-verdiano pelo espaço e também porque aprovaram a Lei da Paridade em novembro, o que era um grande avanço para a posição da mulher. -----

----- A bancada do PSD iria votar a favor e estava ali também porque queria tecer um comentário acerca do projeto “Bússola”, da educação e do voluntariado.-----

----- Os jovens tinham em primeiro lugar que aprender e tinham que ter contacto com o mercado de trabalho, tinham que saber quais os conhecimentos que iam adquirir, quais as atitudes e valores que deviam investir, quais as capacidades que deviam desenvolver. Com certeza que não ia optar por contratar alguém de 18 anos para fazer um trabalho quando não tinha experiência e o voluntariado jovem podia exatamente ser uma aquisição de experiência. -----

----- Não deviam continuar a insistir que um voluntariado jovem com quinze anos, ia substituir um trabalho. Estavam a falar de coisas muito diferentes, porque ninguém que saía de uma escola, tanto do ensino profissional como do ensino regular, sabia trabalhar se os pais não ensinassem em casa ou se não tivessem hábitos de trabalho. -----

----- Relativamente à “Bússola” e aos horários de trabalho, o facto de haver instituições e locais para deixar os filhos fazia com que a mulher pudesse trabalhar, pudesse ter a sua independência económica. E em Portugal havia muitas famílias monoparentais. ----

----- Apesar de haver precariedade no trabalho, tinham que pensar que mãe precisava de alimentar os seus filhos e deixá-los em segurança. Sabia-se que já não havia trabalhos das oito às seis, havia pessoas que acabavam às dez e tinham que ter um local. -----

----- Portanto esse género de organização permitia à mulher ir para o mercado de trabalho, ter independência. Se a mulher tivesse independência económica e onde deixar os filhos também estavam a ajudar uma sociedade a evitar que fossem vítimas de violência doméstica por parte de pai, namorado, marido, irmão, o que fosse. -----

----- Relativamente às crianças, era muito importante haver instituições como o projeto “Bússola. Havia miúdos com dez e onze anos abusados por familiares, situações que podiam ser evitadas exatamente por existir um local onde as crianças estavam em segurança. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tiveram essa conversa no passado e não tinha nada a ver com o aproximar de eleições. -----

----- A questão dos guardas-noturnos, legalmente a coisa tinha claudicado um pouco e estavam a trabalhar nisso para até março conseguir pôr de pé essa promessa. -----

----- Em 2004 tinha sido feita uma alteração às áreas, com o Presidente Carmona Rodrigues. Era até o Doutor Cal Gonçalves que tinha estado nessa negociação.-----

----- Tivera já uma reunião com o Senhor Comandante da Polícia Municipal e com o Comandante da 22^a, que entretanto mudara mas estava a par do ocorrido.-----

----- Para ter os guardas-noturnos tinham que constituir uma área. A revisão administrativa, ao reformular tudo isso, consolidara áreas de Juntas de Freguesia e não de esquadras. Tiveram que andar com a Polícia Municipal a verificar rua a rua e onde pertenciam os números de polícia das portas.-----

----- O guarda-noturno era uma figura em desuso e a Lei estava numa dispensa qualquer algures. A ideia fora ir lá buscá-la, tirar o pó, ler aquilo tudo, perceber se as áreas batiam certo ou não. A Freguesia de Santo António teria na sua valência a 4^a Esquadra, a 22^a, as Taipas, Santa Marta e Gomes Freire. Mas Santa Marta, Gomes Freire, Taipas e Praça da Alegria já não existiam. Era preciso perceber se a esquadra do Rato ficava com as ruas das outras esquadras. -----

----- Ao final de ano e meio conseguira-se chegar a uma luz ao fundo do túnel, em que ficariam com duas ruas da Misericórdia, a Imprensa Nacional e a Travessa das Palmeiras. Era de outra Freguesia e não queria ferir suscetibilidades, mas o seu problema ali era se a polícia autorizava ou não essa situação. -----

----- Parecia que teriam fumo branco muito em breve e pensava que até ao final de março conseguiriam lançar o programa, como lançaram os jardineiros. Tudo tinha um tempo e gostava de cumprir as promessas todas no primeiro ano, mas não conseguia. Não era humanamente possível fazer tudo num ano de mandato. -----

----- O Presidente Fernando Medina tinha visto essa medida com bons olhos, a Polícia Municipal e a PSP eram a favor. Para quem tinha vivido o tempo áureo dos guardas-noturnos era uma mais valia, só a palavra guarda-noturno sociologicamente dava outro descanso porque sabiam que alguém podia passar ali a qualquer hora. -----

----- Depois teria que haver pontos de picagem, a determinada hora tinham que passar num sítio, para fazer com que a área fosse toda coberta. Tinha que ver o número de guardas-noturnos em relação ao número de habitantes. -----

----- **A Presidente da Assembleia** perguntou se havia articulação entre o Executivo e o restaurante da Rua de São José que era integrado por sem-abrigo. No dia em que abriu, em setembro e tinham reunião de Assembleia, subira a pé e viu que a rua estava fechada, e só depois se lembrara que era um plano antigo, um programa do vereador João Afonso.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que muito do que estava ser feito era do Vereador João Afonso, honra lhe fosse feita. -----

----- Para tristeza sua não tinham sido tidos nem achados e não tinham que ser, também não foram convidados para a inauguração. Já lá tinha ido comer, percebia a posição da Vereação e estavam dispostos a ajudar naquilo que fosse possível. Nesse aspeto gostavam de dizer que eram uma Freguesia exemplo no apoio a quem fosse, não se faziam distinções por credos, cores políticas, monarcas, republicanos, era tudo igual. - -

----- Se calhar não sabiam que era na Freguesia de Santo António, era provável, dependendo do dia. -----

----- **A Presidente da Assembleia** referiu-se à natação para adultos no CNN, os fregueses foram inscrever-se e aguardavam que os chamassem para início. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que alguns telefonemas podiam ter falhado mas tinham 62 pessoas na natação em vários dias. -----

----- Solicitou à Senhora Presidente que dissesse para contactarem a Junta. Ninguém estava isento disso e podia haver uma falha ou outra porque as inscrições foram muitas, mas por exemplo parecia-lhe ainda haver vaga à sexta-feira. -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 4 votos a favor (PSD), 2 votos contra (PCP e BE) e 5 abstenções (PS e CDS).-----

----- **Mapa de Pessoal para 2020;** -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que tinham sido abertos os concursos e duas administrativas colocaram os lugares à disposição. A sua pergunta era se o jurista tinha recebido uma carta com a cessação de contrato e, sendo assim, o que iria acontecer no início de dezembro se o concurso ainda não tinha o seu resultado.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se podia informar melhor mas parecia-lhe que o concurso já teria fechado. Não sabia os resultados mas forçosamente no dia 2 de janeiro tinha que estar colocado um jurista -----

----- **A Presidente da Assembleia** perguntou em relação à supressão de chefe de divisão entre o mapa de setembro e o atual.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que caso houvesse alteração haveria um pedido de aprovação de novo Mapa de Pessoal, mas de momento estavam a funcionar bem sem os chefes de divisão. -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, PS e PCP), e 2 abstenções (CDS e BE). -----

----- **Aprovação da Proposta 744-A – Nomeação da sociedade Revisora Oficial de Contas para 2020;** -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 744-A - Nomeação da sociedade Revisora Oficial de Contas**

para 2020, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, PS e PCP), e 2 abstenções (CDS e BE). -----

----- **Aprovação da Proposta 748-A – Autorização para celebração de um Protocolo com a Juventude de Galiza – Centro Galego de Lisboa;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a Juventude da Galiza era uma associação meritória da Freguesia. As associações dependiam das direções e de momento tinham uma direção aberta à sociedade civil, a trabalho para com a Freguesia onde se enquadravam. Mostraram abertura na cedência do espaço. Podiam trabalhar com eles, coisa que com a antiga direção não acontecia. -----

----- Conhecia o espaço, até porque a sua ascendência era também da Galiza por parte do seu avô. Era um espaço como havia poucos em Lisboa. O Júlio de Andrade tinha construído quatro palácios, um para cada filho e outro para ele, entretanto o Boullosa comprou aquilo e cedeu ao Centro Galego. Depois do 25 de Abril o espaço foi ocupado pelo MRPP: era um infantário do MRPP. Depois foi devolvido ao Centro Galego e fizeram obras.-----

----- Estavam a propor o que faziam normalmente com as associações quando havia interesse da Freguesia em ter mais um espaço dedicado à sociedade da sua área geográfica. Era um bom espaço onde se podiam desenvolver atividades que até ao momento era difícil. Podia dizer que a Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro já não chegava para as encomendas e estava a faltar espaço.-----

----- No boxe por aula tinham trinta pessoas, com aulas três dias por semana. -----

----- O valor referido no protocolo era basicamente para tintas, pincéis e alguns azulejos. A direção estava aberta, era nova e tinha vontade.-----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 748-A – Autorização para celebração de um Protocolo com a Juventude de Galiza – Centro Galego de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Informação trimestral do Presidente (4º trimestre 2019);**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que percebia as implicações políticas da importância que o Presidente Marcelo tinha dado em dois dias seguidos à Freguesia de Santo António e à Associação “Boa Vizinhaça”. Visitara o Espaço Júlia como exemplo a replicar, que também tinha sido visitado por uma organização da ONU como exemplo a replicar na Europa toda.-----

----- Quando dizia que infelizmente o Espaço Julia era um sucesso era mesmo infelizmente porque o que gostava era de fechar a porta àquilo e dizer “fechado por falta de clientes”.-----

----- Nos últimos três meses conseguira-se pôr em prática uma das promessas eleitorais: todos os jardins da Freguesia tinham um jardineiro próprio. Falando das Amoreiras ou da Praça da Alegria, via-se de facto a necessidade que existia da figura do jardineiro, a figura que viam quando eram miúdos e que não os deixava jogar lá à bola.-----

----- A Ação Social era um trabalho diário efetivo com o “Vassouras e Companhia”. Tinha havido um programa de doze minutos no “Outras Histórias” da RTP que ia mesmo ao fundo da questão, conseguira captar a essência do que era esse programa de apoio direto. Não interessava o partido, era uma coisa bem feita, existia e funcionava, um trabalho de excelência que a Freguesia conseguia dar.-----

----- Na Comunicação o trabalho estava à vista de todos, mais ou menos explicado era um trabalho diário de resposta em várias formas de comunicação. O modo como recebiam as ocorrências e a resposta às mesmas, a criação de placas e material gráfico para identificação dos trabalhos da Freguesia. Não sabia se repararam, o jardim das

Amoreiras e a Praça da Alegria já tinham, faltava só no Torel, as placas que se colocavam eram de extremo bom gosto e preocupação. -----
Na Cultura, Desporto e Dinamização do Espaço Público, o trabalho também estava à vista de todos. Havia um protocolo com o Bento Rocha Cabral e a “Ciência BACS” para os mais novos, onde ensinavam o ambiente. Um trabalho desenvolvido desde pequenos com o ambiente. Depois havia a articulação com os passeios culturais do Centro Nacional de Cultura. -----
----- Convidou todos a passarem na Praça da Alegria, na Vila Alegria, para o mercadinho de Natal. Era mais um dos muitos mercados que Lisboa tinha. -----
----- Fizeram um passeio à Golegã com os sêiores que ficaram maravilhados. A coisa tinha corrido muito bem. -----
----- Na Educação tinha começado muito bem o ano. Se ouvissem algum pai dizer que o Presidente não discutia cores de casas-de-banho, não discutia mesmo. Aprendera com as mulheres que não havia só rosa. -----
----- A Câmara levava a cabo atualmente uma promessa de 1997, a construção da horta pedagógica na Escola 29. Falaram com a Junta, que estava disponível para assumir esse trabalho. A Junta combinara retirar o amianto da escola, fazer o telheiro em telha, a Câmara fazia a horta. O Executivo aprovara e estavam mesmo a fazer a horta. Mais valia tarde do que nunca, as próximas gerações já tinham horta. A escola só estava fechada um mês e mesmo assim tinha manutenção. -----
----- Nos programas de Ambiente combinara-se com a escola, porque quando a Ducla Soares voltar e aí sim os programas vão abranger as duas Escolas. As crianças tinham um programa de ambiente urbano e sensibilização em que faziam o papel que os adultos deviam fazer. Era uma espécie de “puxão de orelhas” aos adultos e tinha corrido muito bem. -----
----- Nos Espaços Verdes, em vez de palavras suas convidava a ir ver os espaços verdes, a ir ver o Torel. Faltava apenas fechar a recuperação do lago superior porque tiveram que o rasgar entre as pedras. A estátua da princesa egípcia tinha luz outra vez, ao final de 36 anos. -----
----- Destacava também a requalificação dos canteiros inferiores do jardim das Amoreiras, em que a arquiteta paisagista fez uma passadeira ao pé do busto do Tito de Morais. Tinha ficado muito mais aprazível. Recuperaram-se os azulejos em frente ao Ginásio Clube Português. Estavam-se a fazer os moldes dos bancos em pedra e a tentar refazê-los. -----
----- No Espaço Público estavam com as empreitadas das passadeiras e também agradecia que informassem a Junta de alguma passadeira que lhes pudesse ter passado. Também estavam a fazer a recuperação do parque infantil do Torel mas devido à chuva não tinha sido possível, em princípio entrariam em janeiro com isso. -----
----- No Licenciamento continuavam a ser a Freguesia de Lisboa que mais trabalhava nesse aspeto. Não autorizavam muitas esplanadas porque o passeio era para as pessoas. -----
----- Na Limpeza Urbana tinham sido considerados exemplo pelos técnicos da Câmara e pelo departamento de limpeza urbana da Doutora Filipa Penedos, que trabalhava com a Junta quase diariamente, em relação às ações de sensibilização sobre os ecopontos. -----
----- Ao contrário do PCP, era completamente a favor da revisão administrativa e já falaram sobre isso várias vezes. Era uma boa medida que tinha pecado por tardia e que pecava por escassa, porque se lhes dessem mais conseguiam fazer mais. -----
----- Havia uma grande aceitação por parte dos comerciantes nas ações de fiscalização preventiva, mas alguns já só lá iam mesmo com multas. -----
----- Eram três meses de trabalho de quem conhecia a Freguesia como ninguém, de um Executivo que o aturava como ninguém. Agradecia também à Assembleia de Freguesia

o facto de ajudar a puxar mais pelo Executivo. Gostava de ouvir que se tinham notado melhorias. Não havia coisas infalíveis, haveriam de ter falhas como toda a gente. Só podia dizer que tinha um orgulho imenso na equipa que tinha a trabalhar para a Freguesia, na qual tinha a honra de estar à frente.-----

----- Desejou a todos umas Boas Festas e Feliz Ano Novo e ali estariam para mais conversa ou mais política, porque tratar de assuntos importantes para a Freguesia era o que movia a todos. -----

----- **A Presidente da Assembleia** referiu que algumas passadeiras estavam a ser feitas em pedras e perguntou se eram intervenção da Câmara ou da Junta. -----

----- Disse que o Centro Social da Rua Nova de São Mamede precisava muito de sensibilização, porque punha os móveis na rua sem ter articulado com a Câmara. Depois acabaram por sair, deve ter sido a Junta que tirou. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha aprendido que os assistentes operacionais de rua sabiam tudo, os chefes já só sabiam 72% daquilo que realmente acontecia, os outros chefes mais acima já só sabiam 12% e o Presidente só sabia 4%. No entanto, sabia que essa questão tinha sido resolvida.-----

----- Quanto às passadeiras em pedra, também era a Junta que as fazia, seguindo uma linha de mobilidade e permeabilidade do solo. O investimento que era feito ao início compensava. Em 2013 fizeram as passadeiras da Luciano Cordeiro em pedra e já lá foram pôr uma pedra ou outra, como na Rua Alegria, mas gastaram na altura e nunca mais gastaram.-----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que em relação ao pedido de óculos era difícil haver duas pessoas com as mesmas dioptrias... -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso estava mal explicado. Era a armação em si, as lentes eram as receitadas pelos médicos. Havia uma nova política de reaproveitamento das lentes, os laboratórios estavam a derreter e a fazer de novo. No entanto, ali eram as hastes e tinha corrido muito bem, nem tinha noção. A caixa da Alexandre Herculano já tinha sido esvaziada duas ou três vezes. -----

----- **A Presidente da Assembleia** leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Seguidamente, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a sessão. -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO_____2º.SECRETÁRIO_____ -

-----PRESIDENTE-----
